



## Decolonialidade antropofágica: uma possível gramática para a ruptura com a colonialidade

Sandro Adrián Baraldi

Afinal, o que significa “decolonialidade” no Brasil? Não ser mais colônia de Portugal? Mas já não somos mais colônia. Ou ainda somos colônia e acreditamos até hoje em uma *fake news* que assegurava seu término? Ou talvez decolonialidade seja um termo novo para algo convencional, no lugar de descolonialidade, para criar uma modinha intelectual? Quando não temos a informação completa nos apegamos ao que faz mais sentido para nós. Faz sentido dizer que decolonialidade só significa não ser colônia de uma potência colonizadora? É claro que faz sentido. Faz sentido dizer que decolonialidade é uma invenção da potência colonizadora para nos confundir? Sim, também faz sentido. Faz sentido dizer que decolonialidade é só um termo novo para descolonialidade? Também faz sentido, sim.

Então nos damos conta de que o que pensamos e o que significamos estão ligados. Para descobrir o significado da palavra decolonialidade passeamos com o nosso pensamento pelo inventário de ideias conhecidas e tentamos criar um nexos entre esse termo e o que já sabíamos. Notamos então que mesmo nos esforçando para saber o significado de algo ignorado as respostas que obtemos de nosso ato de pensar não são esclarecedoras. Reviramos o que está na memória e por fim não temos certeza se a conclusão induzida é válida ou não. Afinal, é possível saber o que um termo desconhecido significa na esfera do conhecimento que já temos? Se suspendermos a ação de pensar por um momento descobriremos que pensamos da maneira que estamos acostumados a pensar. Ou seja, não sabemos claramente como pensamos. Por isso é necessário que saibamos como pensamos, se o objetivo é pensar em qualquer coisa que queiramos.

Pensar é tanto um ato reflexivo quanto um ato emocional. “Vai chover”, é um pensamento; “a soma de  $2 + 2$  é  $4$ ”, é outro tipo de pensamento; “se  $p$  é  $q$  então  $q$  é  $p$ ”, mais um, todos diferentes porém iguais na força do hábito. Sim, pensar é um hábito. Haverá chuva se certas condições meteorológicas forem cumpridas; se a matemática permanecer a mesma; se a lógica não mudar suas categorias. Dependemos de velhos e conhecidos pensamentos: a confecção da chuva já é conhecida, nos disseram que é de certo modo; a matemática dispõe de dogmas, já conhecidos e que nos disseram quais são; a lógica depende da validade de suas proposições, já nos disseram como deve ser feito um silogismo correto. Portanto, sabemos o que nos disseram e nos habituamos a manter desse jeito.

Queremos pensar por conta própria ou nos basta que nos digam o que pensar? É uma escolha não obrigatória. Não precisamos pensar por conta, basta ser obediente e se acostumar a obedecer. Se a escolha for para pensar, ou seja, ruminar pensamentos, refletir sobre conteúdos, então precisamos aprender a pensar.

Pensar sugere examinar mentalmente um assunto, é uma atividade de pesquisa. Um assunto não está só, ele é formado por uma cadeia de outros assuntos. Um assunto vincula-se a uma sequência de objetos lógicos dispostos em uma ordem intencional. Vejamos um exemplo:  $2+2=4$ . Indiscutível? Dizem que sim. Essa frase matemática está condicionada a alguns pressupostos que não foram esclarecidos na hora em que este conhecimento foi “depositado” na cabeça. Duas (2) maçãs mais (+) duas (2) peras somam (=) quatro (4) frutas? Vários saltos categóricos que negam atribuições diferentes aconteceram aqui. Cada maçã é diferente, cada pera, também, e maçãs e peras são muito diferentes, no entanto, todas essas categorias foram negadas e assumidas como “frutas”. Segundo Dewey, a matemática usa “símbolos de relações sem referência explícita à existência real, eficazes no território ao qual a técnica matemática se aplica” (DEWEY, 1929, p. 35). No mundo real, esse onde as ações modificam coisas, uma maçã mais madura que a outra ou de outra espécie é distinta da outra. Repare, leitor, que essa matemática é principalmente negação de individualidade, no caso, de cada maçã ou pera. Qual foi a intencionalidade dessa contabilidade? Definir parâmetros para certas agências de controle. Parâmetros que negam certas qualidades para dar ênfase a outras qualidades que são da alçada da agência específica e do interesse imediato. É importante, sim, saber quantos adolescentes não têm acesso à escola para que a agência regulatória tome providências no sentido de controlar o acesso. Mesmo sendo negado, parte do conhecimento é válido para parametrizar certos conteúdos específicos destinados a manipular interesses preponderantes. Portanto, a matemática é política. O que é ressaltado e o que é negado depende dos interesses de

quem está a servir-se desses conhecimentos. Neste exemplo acima, foi relacionado quantidade de adolescentes com acesso à escola; o interesse do gestor público é o de conseguir verbas e ações para colocar todos na escola.

Os interesses não são universais, enquanto um rico não sabe o que fazer com tanto dinheiro, um pobre não sabe o que fazer com tanta falta de. Cabe, então, perguntar: quem tem controle sobre essa ordenação intencional dos interesses e quais seus parâmetros? A Terra já foi plana, as evidências vinham do olhar e das necessidades da época. Bastava que a Terra fosse plana para que as relações humanas – e a riqueza de alguns – prosperassem. Tudo muda quando é necessário atravessar o oceano, aí a Terra se torna redonda. Embora a visão espacial da Terra tenha mudado, não mudaram os árbitros – a plutocracia. Permaneceram os interesses, mas o contexto mudou. Percebe-se que contexto e interesse estão ligados.

O pensar, portanto, é uma atividade prática cujos limites são as necessidades do momento: interesse e contexto. As necessidades de cada um e de cada grupo se institucionalizam como interesses. A inquirição começa quando precisamos resolver um problema relacionado ao interesse e sua solução é sempre temporária porque está alinhada à necessidade do contexto. Se é suficiente a Terra ser plana para resolver particulares interesses, então deixemos de inquirir sobre isso e voltemos à ação, que é o que interessa. Se for necessário pensar na Terra como redonda, então vamos fazer isso. Tudo depende dos interesses e do contexto.

Como então o pensamento se forma? Alguém refletiu sobre um problema ao qual tinha interesse em resolver e acreditou que chegou a uma solução. Tal solução funcionou para os seus propósitos, então ela é boa e, principalmente, serve. A solução aplicada recorrentemente vira hábito e assim não se pensa mais nela. Apenas usa-se habitualmente. “Assim, reflexão subentende que se crê (ou não se crê) em alguma coisa, não por causa dela própria e sim por intermédio de alguma outra que lhe sirva de testemunho, evidência, prova, documento, garantia, em suma, de *fundamento da crença*” (DEWEY, 1959, p. 21).

O pensar, mesmo o reflexivo, é só hábito. A diferença entre o pensamento dogmático e o pensamento reflexivo está no grau de manipulação: o primeiro é uma verdade imposta e acabada, o último é o questionamento do dogma antigo em transição para um novo dogma. O dogma é o hábito estabelecido e institucionalizado. Por fim, acabamos por usar dogmas – hábitos – o tempo todo porque é prático e combina com os interesses do momento.

Até aqui descobrimos que o pensamento é um hábito baseado em crenças e que está organizado ou

ordenado em uma sequência de valores. A ordenação é uma hierarquia de ideias, algumas com mais valor que se justapõem ou que submetem outras.

Então chegamos à incômoda ideia de que são os interesses ordenados hierarquicamente de alguns que determinam certos hábitos – verdades? – mentais, crenças na verdade, por causa de circunstâncias específicas. Quem, então, idealizou essas hierarquias? Autoridades “epistemológicas” que veicularam suas ideias em crenças úteis para seus interesses. Quem são essas autoridades?

Um pouco de história é necessária para tentar concluir quem são os responsáveis pela maneira como estamos habituados a pensar. Na minha opinião, fortemente influenciada pelo pensador peruano Humberto Maturana, o discurso epistemológico prevalente na contemporaneidade é o discurso patriarcal que remonta a *circa* 8000 anos atrás. Esse discurso gera o que convencionamos chamar de sistema patriarcal e sua origem são os pastores da eurásia.

O que faz um pastor? Cuida de seu rebanho. Por que ele faz isso? Para viver melhor com sua família. A necessidade criou o pastor. A circunstância é de insegurança alimentar e física. Mas o que acontece depois que a segurança é conquistada? Uma necessidade cada vez maior de segurança. Foi o medo, medo da morte, medo de sofrer, etc., que dirigiu o pensamento do pastor para a insegurança. Como se consegue segurança? Por meio de recursos: alimentos, armamentos, hierarquias, organização. A segurança foi obtida, mas não foi superado o medo. Então, a cada patamar de segurança alcançado, nova insegurança aparece, pois o mentor da insegurança é o medo.

O pastor começou como um cuidador, ideia derivada das sociedades matrísticas anteriores à sociedade patriarcal, mas influenciado pelo medo, o pastor se torna cada vez mais tirano. O pastor percebe que ele – e só ele – é o responsável por todo o rebanho e nesse item “rebanho”, entendido como “conjunto de coisas afins”, podemos incluir recursos, armamentos e até mesmo a família, os agregados, etc. São todas “coisas” que ele precisa manipular para fugir do medo da insegurança. Tudo se torna objeto para um só sujeito: o pastor-patriarca. A mulher se torna o recurso mais importante desse rebanho, tanto a fêmea animal, quanto a fêmea humana, porque controlando-as o rebanho aumenta, ambos os rebanhos, o animal e o humano. Mais mulheres, mais homens; mais homens, mais guerreiros. O fundamental é que todos acreditem na “sorte” que têm de ter um pastor para organizá-los.

Nessa cosmovisão pastoral-patriarcal, em que há um pastor e o rebanho, o pastor manda e quer ser obedecido; o rebanho só obedece. O rebanho não precisa de conhecimento, basta que ele siga à risca

o que o seu mentor decidir para viver bem. A vontade suprema é a do pastor. O rebanho, portanto, na mente do pastor-patriarca, é utilizável e descartável.

Enquanto essa cosmovisão perdurar, nada vai acontecer para o rebanho exceto a exploração de seus corpos e de suas ações.

O pastor, que surgiu diante de uma necessidade, o provedor original, o cuidador, o que se sacrificava para a sua comunidade, distanciou-se tanto que perdeu suas características sagradas e se tornou um usurpador, o patriarca. Distante de sua própria humanidade, não percebe que pertence ao rebanho humano. Vive na negação de sua humanidade acreditando-se um deus, mas tendo consciência esporádica que a ele também está reservada a morte, o sofrimento, a doença. Ele e seus comparsas apenas sobrevivem em um círculo ideológico conservador. Nada mais importa que não seja o controle – precário – do medo. Encontram-se, acreditam eles, no fim da história, um fim que se perpetua na repetição do ciclo do medo até a morte. Uma vida vazia consagrada à inevitável fuga do medo.

Catherine Walsh cunha o termo decolonialidade que significa uma marca, uma diferença, entre a descolonização jurídica, a negação da colonização, e a colonialidade que perpassa o pensamento colonizado. Sobre seu trabalho, Walsh (2013, p. 25) afirma que “põe em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade”, mas que estruturas culturais permaneceram implantadas na mentalidade do colonizado. A decolonialidade, portanto, desponta no atual universo epistemológico, como uma necessidade de liberdade para esses velhos hábitos hierarquizados. Reconhecer e alterar os aspectos epistemológicos que são mantidos no pensamento colonizado é a função da ação do pensamento decolonial.

O termo decolonialidade, por si, não sugere um programa necessário com começo, meio e fim, mas sugere uma suspensão do pensamento colonizado, em que certos hábitos e crenças estão arraigados, para refletir se os interesses sociais estão de acordo com o que desejamos. Esta nova era de questionamento do pensamento colonizado começou quando o “rebanho” percebeu que não precisa mais de um pastor.

Afirma Walter Mignolo que

A estrutura que sustenta a colonialidade é uma rede de crenças onde se atua e se racionaliza a ação e foi denominada Matriz Colonial do Poder. Ela controla: 1. a economia; 2. a autoridade; 3. a natureza e seus recursos; 4. o gênero e a sexualidade; 5.

a subjetividade e o conhecimento.

Cada um desses guarda-chuvas epistemológicos se subdivide de várias maneiras criando campos de atuação. Por exemplo, a colonialidade do sentir controla o que ouvimos, o que vemos; a colonialidade da compreensão controla a hermenêutica; por sua vez a colonialidade do ver controla a beleza; etc.

O alicerce utilizado pela Matriz Colonial do Poder é o conceito excludente de totalidade que nega o diferente gerando o efeito de monocultura indiscutível: a pretensiosa específica cosmovisão de uma etnia particular imposta como racionalidade universal (BARALDI, 2022, p.5).

Este é, então, o momento para se fazer escolhas: vamos continuar nos submetendo ao sistema de exploração tecno-feudal – como alguns chamam este período – elitista que nos obriga a trabalhar para sobreviver em “trabalhos de merda” (tradução livre de *bullshit jobs*), segundo o antropólogo norte americano David Graeber, ou procuramos uma alternativa? Quais são as necessidades, interesses, que devem orientar esta busca?

Duas ações são necessárias para descolonizar o pensamento: reconhecer a estrutura epistemológica colonizada e ter liberdade para devorá-la e torná-la outra. “[L]iberdade é poder de agir e executar, independentemente de tutela exterior. Significa domínio, capaz de exercício independente, emancipado dos cordéis da direção alheia” (DEWEY, 1959, p. 93). Liberdade de pensamento é a possibilidade de virar as coisas do avesso. Essa não é uma tarefa fácil se considerarmos que somos amarrados aos hábitos e às crenças. Certas atitudes então se fazem necessárias para o exercício da liberdade de pensamento:

1. *Mente aberta*: em resumo saltar para o quinto passo. Explico: a psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross, em 1969, descreveu a duração do luto por meio de cinco estágios: negação, raiva, barganha, depressão, aceitação. A ideia sugerida aqui é ir direto para a aceitação. Aceite, para análise, por enquanto, uma ideia que pareça novidade. Para isso, é fundamental a próxima atitude.

2. *Permissibilidade mental*: deixar de ser teimoso. Uma novidade sempre irá ameaçar o castelinho de areia psíquico que construímos tão cuidadosamente. Dentro deste castelinho mental isolado do mundo real as ideias circulam com facilidade. Esta é justamente a dificuldade: abandonar o isolamento e expor-se às ideias que são novas para nós. Temos que fazer isto se quisermos alterar esta realidade consolidada pela Matriz Colonial do Poder. Sem derrubar a teimosia, jamais haverá

mudança. A teimosia é aquele momento narcísico em que nada pode questionar o próprio castelinho mental. Este ego formado narcisicamente é um dos pressupostos mais fundamentais da colonização do pensamento. Qual é a função da teimosia senão impedir mudanças? Se alguém tiver argumentos que justifiquem a sua pessoal ideia querida não há porque temer algum dano na sua estrutura psíquica. São só ideias, por mais caras que possam ser, devem ser questionadas de tempos em tempos para testar se ainda são interessantes nas atuais circunstâncias.

3. *Interesse verdadeiro*: significa o que mais importa na atual circunstância pessoal. Todos temos algum interesse que se sobressai aos outros. Como conquistar o amor desejado, como se livrar de uma paixão muito sofrida, como superar a morte de alguém querido, são temas usados aqui – há muitos mais, é claro – como exemplos para indicar quão poderoso pode ser o interesse verdadeiro. Não é o momento de confundir interesses verdadeiros pessoais com interesses da Matriz Colonial. Assumir muitos compromissos, por exemplo, para “ganhar mais” e ter uma vida “melhor” é inteligente, é claro, mas esconde a possibilidade, diretamente proporcional à quantidade de trabalho, de enfartar ou de sofrer *burnout*, o que é altamente incapacitante. Está comprovado. Vale a pena? Só o “paciente” pode decidir isso, não cabe um julgamento exterior porque estará recheado de preconceitos. Por isso que a administração de interesses é muito pessoal. Às vezes usamos a Matriz Colonial a nosso favor, mas há uma chance – uma boa chance – de ser sempre o inverso. A lógica da Matriz Colonial do Poder é de exploração a favor de uma elite, então pensa bem.

A passagem de um pensamento colonizado, portanto submetido a uma matriz de poder que desenha convenientemente as ações individuais, para um pensamento não-colonizado sugere boa dose de liberdade. Embora já tenha ficado claro que liberdade é emancipação, soltar da mão do controlador, precisamos definir melhor o que é liberdade.

A “liberdade” é facilmente confundida com um ato irresponsável em que o desejo de um ego está acima de qualquer coisa. Nada mais equivocado. Vamos refletir um pouco radicalizando a ideia de liberdade. Podemos nos livrar de tudo? Não seria assim a liberdade absoluta? Podemos deixar de respirar? Ou de comer? Ou de qualquer outra função natural, coração batendo, rins filtrando, estômago digerindo? Claro que não. Então a liberdade não é um absoluto, ela está sempre vinculada ao que queremos nos libertar e ao que é possível. Vemos em pequenos atos como a liberdade funciona. Se podemos dormir tarde, por que não? Se podemos deixar para amanhã o que devemos fazer hoje, por que não? Se podemos viajar nas férias, por que não? A liberdade está vinculada à possibilidade.

Mas e se algo não for possível, não há como ser livre? A resposta é outra pergunta: podemos alterar a possibilidade? Possibilidades são condições alcançáveis. Conseguir criar ou desenvolver condições através de atos que tornem possíveis certos outros atos é uma maneira de se conseguir liberdade de ação. Mudar condições exige responsabilidade porque as condições estão atreladas historicamente à vida. Não devemos alterar as condições de um rim saudável, que está executando sua função adequadamente, sem correr o risco de falência orgânica. Podemos alterar as condições de um rim saudável? Sim. Devemos? Não. O limite da liberdade são as condições históricas que estão imbricadas com o presente.

Daí que decolonizar escolhas significa criar condições para exercer a liberdade para optar sobre quais mudanças culturais são desejáveis e quais não. Por exemplo, a fome não é mais um acaso triste de um universo sem controle, a fome é política. Hoje, no Brasil, existem 270 milhões de bois, que comem quatro vezes mais que uma pessoa humana, dividindo o espaço com 207 milhões de brasileiros. Há comida para os seres humanos não passarem fome. Na verdade, há comida para os bois e para os brasileiros, juntos, já que além de alimentar o gado, exportam-se cereais para outros países usarem na ração do gado deles. Decolonizar escolhas seria optar por anular a fome ao invés de aceitar o modelo Capitalista imposto pela Matriz Colonial.

E que instrumentos usar para alterar as escolhas? Segundo Oswald de Andrade, “Antropofagia. Absorção do inimigo sacro. Para transformá-lo em totem. A humana aventura. A terrena finalidade” (Manifesto antropófago de 1928). A antropofagia sugere o uso dos instrumentos mentais e físicos que estão esparsos pelo planeta. A racionalidade é invenção europeia? Então vamos usá-la. A engenharia, a medicina, a psicologia tudo pertence a todos: liberdade é usar esses instrumentos sem se preocupar com os direitos de propriedade intelectual. O conhecimento não é algo que surge do nada soprado por musas. O conhecimento é uma troca entre pesquisadores de diversas áreas porque ninguém faz nada sozinho, sempre parte de algo que já foi conhecido. A “Decolonialidade Antropofágica” sugere a liberdade de usar o conhecimento sem restrições. E este conhecimento não é só europeu, ele está à nossa volta em tribos indígenas, em quilombos, no vizinho de casa. Todas as culturas são um sucesso na existência pelo simples fato de instrumentalizar vivências que aconteceram. O Capitalismo não é o único sistema eficiente como querem as potências colonizadoras que acreditemos.

Outras culturas aquém e além da cultura heteronormativa, cristã, capitalista, neoliberal – eurocêntrica – foram “desperdiçadas”, ao mesmo tempo em que se exterminaram as pessoas que as inventaram, possuem experiências diversas, modos de fazerem as coisas diferentes, essa é sua



riqueza. Um que fazer diferente do *modus operandi* dos colonizadores europeus que desperdiçaram a possibilidade de “devorar culturalmente” os povos conquistados, absorver e adequar as experiências outras, do indígena, do africano e até mesmo de outros povos europeus que foram submetidos. Usemos, portanto, as experiências culturais do colonizador, do indígena, dos povos ameríndios, enfim, “digeri-las” para criar novas e mais adequadas aos atuais interesses verdadeiros.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Oswald. *Manifesto Antropófago*. Revista de Antropofagia, Ano I, No. I, maio de 1928.

BARALDI, Sandro A. *Resenha do ensaio de Walter Mignolo: “Desobediência epistêmica. Retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade”*. Revista Cactácea n° 5, 2022. Acesso em 20/01/2023, às 16h20. <https://rgt.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revistacactacea/issue/view/5/6>.

DEWEY, John. *Experience and Nature*. London: George Allen & Unwin, Ltd. 1929.

DEWEY, John. *Como pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Eitorial Byayala.Org.Ec, 2013.

## **Autor:**

### ***Sandro Adrián Baraldi***

*Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, é editor da Revista Cactácea e pesquisador do Grupo de Pesquisa Mandacaru: educação e filosofia*

*<<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963>> e do GRUPEFE. ORCID:*

*<<https://orcid.org/0000-0001-5055-2071>>. Plataforma Lattes:*

*<<http://lattes.cnpq.br/6246489151782898>>.*